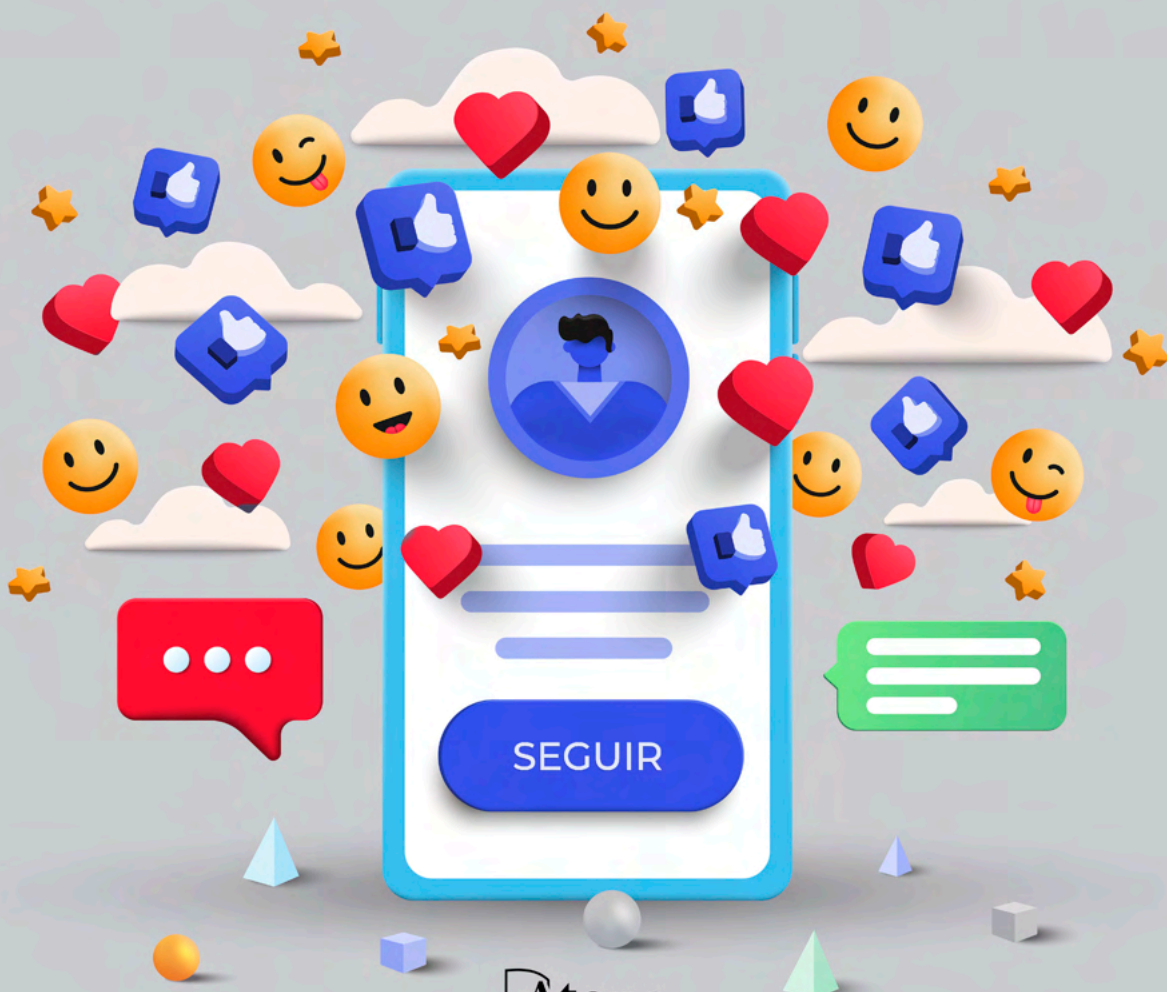


Renata de Moura Bubadué
(Organizadora)

Uso das redes sociais para letramento científico:

Etapa de levantamento da literatura disponível



Renata de Moura Bubadué
(Organizadora)

Uso das redes sociais para letramento científico:

Etapa de levantamento da literatura disponível



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirêno de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



Uso das redes sociais para letramento científico: etapa de levantamento da literatura disponível

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Renata de Moura Bubaduê

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

U86 Uso das redes sociais para letramento científico: etapa de levantamento da literatura disponível / Organizadora Renata de Moura Bubaduê. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-949-0
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.490221403>

1. Letramento. 2. Crianças. I. Bubaduê, Renata de Moura (Organizadora). II. Título.

CDD 372.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o mundo se encontrava em uma pandemia de Covid-19. Desde então, iniciaram-se os investimentos científicos e tecnológicos acerca do enfrentamento e manejo da doença. Dentre as medidas de prevenção e controle da pandemia, tem-se o isolamento social. Com isso, a circulação de pessoas nas ruas diminuiu e o consumo de conteúdo nas redes sociais aumentou cerca de 70%.

O aumento do uso das redes sociais resulta em inúmeras vantagens e desvantagens. O uso responsável dessas ferramentas favorece o acesso à informação e promovem maior autonomia e conhecimento da população acerca de temas que envolvem a saúde. No entanto, o aumento de pessoas na rede contribui para a disseminação de informações falsas e a propagação do pânico por meio delas (GONZÁLEZ-PADILHA, TORTOLERO-BLANCO, 2020).

Profissionais da saúde e pesquisadores apresentam um maior letramento científico, sendo capazes de acessar informações junto a periódicos científicos de impacto e informações publicadas pelos órgãos oficiais de governo, o que não acontece com pessoas cuja formação não envolve a área da saúde. Dash et al. (2020) argumentam que países em desenvolvimento sofrem com a infodemia de informações acerca da Covid-19, pois o letramento da população é menor.

No Brasil, houve um aumento significativo na proporção de trabalhadores que acessam a internet. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), oito em cada dez domicílios brasileiros possuem acesso à internet, o que corresponde a 79,1%. O equipamento mais utilizado para isso é o celular, correspondente a 99,2% dos domicílios que tinham a tecnologia disponível. Evidenciou-se que a comunicação é a principal função atribuída pelos pesquisados.

Nesta perspectiva, ressalta-se que as tecnologias de informação e comunicação potencializam a disseminação do conhecimento, fomentando o intercâmbio de informações e constituindo-se de uma ferramenta importante para o trabalho do profissional de saúde no que tange a promoção da saúde.

O uso das redes sociais para o letramento em saúde tem sido discutido como forma de aumentar a aprendizagem dos estudantes nos cursos de saúde. Esse construto é multidimensional e transcende a capacidade de leitura e escrita científica, ele envolve o diálogo, o raciocínio clínico e crítico para a interpretação da informação científica. Nesse sentido, destaca-se que a inclusão de práticas extensionistas que estimulem o desenvolvimento do letramento em saúde favorecem a formação do estudante de maneira responsável e com responsabilidade de empoderar o usuário do serviço de saúde com

informações que previnam agravos, diminuindo o uso excessivo do serviço de saúde (SORENSEN et al., 2020, PALUMBO, 2017, ZHANG, ZHOU, SI, 2019). Compreende-se como rede social um dispositivo de mídia, cujo objetivo é a socialização e o intercâmbio de informações. No Brasil, as mais utilizadas são Facebook e Instagram com 120 e 82 milhões de usuários respectivamente, caracterizando-as como locais potencializadores de disseminação de informação científica de maneira sistematizada, organizada e responsável.

Diante disso, teceu-se um projeto de extensão intitulado “Uso das Redes Sociais para Letramento Científico”, cuja seleção das melhores evidências científicas sobre saúde para traduzi-lo no formato de um livro foi um de seus objetivos. Nesse sentido, o presente livro integra essa primeira etapa, contando com a participação de estudantes de Enfermagem e professores de ensino superior da Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires, localizada em Valparaíso de Goiás, Goiás, Brasil.

O período de realização dos levantamentos científicos está descrito em cada artigo, os quais abrangem temas relevantes para a enfermagem, sejam eles relacionados à pandemia da Covid-19 ou aos cuidados realizados por esses profissionais em diversos contextos. Reitera-se que cada autor é responsável pela veracidade das informações e rigor dos procedimentos metodológicos de cada artigo.


Renata de Moura Bubadué

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR


Luana Gomes Da Silva
Renata de Moura Bubadué

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214031>

CAPÍTULO 2..... 9

SEQUELAS DA COVID-19 EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA


Josiane Tavares de Oliveira
Tatiane Barbosa de Lira
Clézio Rodrigues de Carvalho Abreu

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214032>

CAPÍTULO 3..... 22

CUIDADOS NA AUTOMEDICAÇÃO DO ANTICONCEPCIONAL


Milton Junio da Silva Fernandes
Amanda Cabral dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214033>

CAPÍTULO 4..... 34

COBERTURAS IDEAIS PARA CURATIVO EM QUEIMADOS


Mariana Pereira Machado dos Santos
Mariana Rodrigues da Silva de Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214034>

CAPÍTULO 5..... 44

IMPACTOS NEGATIVOS NA SAÚDE MENTAL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19


Mateus Palheta da Silva Ribeiro
Renata de Moura Bubadue




 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214035>

CAPÍTULO 6..... 55

OBESIDADE: IMPACTOS GERADOS A SAÚDE HUMANA

Mariana Rodrigues da Silva de Menezes
José Roberto da Silva
Wanderson Jhemis Gomes da Conceição

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214036>

CAPÍTULO 7	63
ALEITAMENTO MATERNO: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS DO DESMAME PRECOCE	
Alessandra Santos de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214037	
CAPÍTULO 8	74
FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE QUEIMADURAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA EM AMBIENTE DOMÉSTICO	
Thaise Hermógenes Batista Santos Sonha Sousa da Silva Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214038	
CAPÍTULO 9	80
USO DE PLANTAS MEDICINAIS NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTES	
Sandra Godoi de Passos Thiago de Jesus Souza Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4902214039	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
SOBRE A ORGANIZADORA	88

CUIDADOS NA AUTOMEDICAÇÃO DO ANTICONCEPCIONAL

Data de aceite: 10/01/2022

Milton Junio da Silva Fernandes

Faculdade de Ciências e Educação Sena Aires
– FACESA
Valparaíso de Goiás – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/7764268168828236>

Amanda Cabral dos Santos

Instituição de Ensino, Faculdade ou
Departamento
Valparaíso de Goiás – Goiás
<http://lattes.cnpq.br/3800336696574536>

RESUMO: a automedicação e o uso de anticoncepcionais orais tem sido uma constante no Brasil. Sabe-se que existe uma facilidade de aquisição do medicamento, devido ao baixo custo, a acessibilidade do produto (todas as drogarias oferecem inúmeros anticoncepcionais orais de diversos fabricantes e preços). Percebe-se também que o consumo de anticoncepcionais é excessivo e muitas vezes sem a supervisão de profissionais de saúde qualificados. **Objetivo:** analisar os riscos e os efeitos do mau uso dos anticoncepcionais em mulheres sem a devida orientação. **Metodologia:** trata-se de revisão bibliográfica, a partir de artigos disponíveis nas bases de dados Scielo, BVS, Publish or Perish no período de 2011 a 2021, sobre os cuidados profissionais em relação a automedicação e uso de anticoncepcionais orais. **Resultados.** A automedicação é um risco à saúde da mulher. O profissional de saúde que atua na Atenção Primária tem papel preponderante na orientação

sobre o uso racional de anticoncepcionais orais.

Conclusão: Os riscos que o uso indiscriminado de contraceptivos pode trazer a saúde da mulher são grandes, dentre eles pode-se identificar a alteração da pressão arterial, a trombose venosa profunda, as alterações de humor, o aumento do peso corporal, dentre outros problemas.

PALAVRAS-CHAVE: Automedicação.

Anticoncepcionais Orais. Atenção Primária. Saúde da Mulher.

CARE IN CONTRACEPTIVE SELF MEDICATION

ABSTRACT: Self-medication and the use of oral contraceptives has been a constant in Brazil. It is known that there is an easy acquisition of the drug; due to the low cost and accessibility of the product, (all drugstores offer numerous oral contraceptives from different manufacturers and prices). It is also noticed that the consumption of contraceptives is excessive and often without the supervision of qualified health professionals. **Objective:** to analyze the risks and effects of contraceptive misuse in women without proper guidance. **Methodology:** this is a literature review, based on articles available in the Scielo, BVS, Publish or Perish databases from 2011 to 2021, on professional care in relation to self-medication and the use of oral contraceptives. **Results.** Self-medication is a risk to women's health. The health professional who works in Primary Care has a preponderant role in providing guidance on the rational use of oral contraceptives. **Conclusion:** The risks that the indiscriminate use of contraceptives can bring to women's health are great, among them, one can identify changes in

blood pressure, deep vein thrombosis, mood swings, increased body weight, among other problems.

KEYWORDS: Self Medication. Contraceptives Agents. Primary Health Care. Women's Health.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira dispõe, em seu artigo 196, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Isso significa que este deve oferecer condições dignas de vida à toda a população, independentemente de religião, raça, etnia, idade, gênero, sexo ou classe social. Sendo assim, um dos elementos importantes para a saúde refere-se ao acesso à medicamentos, especialmente àqueles de tratamentos de doenças de alta complexidade. Assim, é preciso conscientizar a população sobre o uso racional e a necessidade de acompanhamento especializado (BRASIL, 1988; ALMEIDA, 2011).

A trajetória histórica da pílula anticoncepcional no Brasil tem sido diferente em relação de países da Europa e dos Estados Unidos. As peculiaridades aqui presentes culminaram com uso indiscriminado pela população feminina e sem os devidos cuidados à saúde (PISSOLITO, 2021).

Atualmente no Brasil, a pílula anticoncepcional é amplamente utilizada e vem deixando de ser um tabu entre mulheres, sejam elas adolescentes ou adultas. Essa classe de medicamentos tem sido comercializada sem receita e pode ser obtida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos 5.570 municípios do país, mais o Distrito Federal.

A indústria farmacêutica segue regulamentações de órgãos governamentais, e a fabricação, a produção e a distribuição de medicamentos seguem regras rígidas, sempre com os ditames da agência nacional de vigilância sanitária (Anvisa) saúde (SILVA, 2012).

Neste contexto, os anticoncepcionais orais são medicamentos fabricados em diversos laboratórios no Brasil e no mundo. Ele é de uso livre, isto é, isentos de prescrição médica e, seu uso indiscriminado pode causar efeitos adversos no organismo da mulher e, por isso, precisam de um olhar cuidadoso quanto ao seu uso (ARRAIS, 2016).

Na automedicação, as pessoas buscam voluntariamente os medicamentos que julgam adequados para sua saúde. O termo “automedicação” é definido como uma iniciativa individual e pessoal para obter ou usar um medicamento, sem a orientação de um médico ou outro profissional de saúde credenciado. Automedicação significa ingerir substâncias com efeito farmacológico sem a indicação e / ou supervisão de profissional da saúde habilitado saúde (SOARES, 2016).

Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação para o mercado farmacêutico (2018) no ano de 2016 pelo menos 72% da população acima de 16 anos se automedicam. Sendo assim, justifica-se a escolha do tema, uma vez que a automedicação no Brasil é algo comum. Neste contexto, o anticoncepcional é um dos medicamentos que

estão no rol da automedicação. Sabe-se que devido ao uso sem prescrições médicas de anticoncepcionais, muitas mulheres potencializam riscos à saúde que poderiam ser evitados com a atenção farmacêutica e cuidados profissionais quanto ao uso desses medicamentos saúde (PISSOLITO, 2021; FERREIRA, 2018).

Diante desse contexto, a problematização que norteou essa pesquisa foi a seguinte: quais os riscos para a saúde da mulher em casos de automedicação de anticoncepcionais orais e quais os principais cuidados a serem realizados na Atenção Primária?

A hipótese dessa pesquisa é de que a desinformação sobre as restrições, efeitos nocivos de casos de interação medicamentosa e os perigos do uso inadequado de anticoncepcionais orais por mulheres sem a devida orientação especializada, constitui uma ameaça à saúde da mulher.

Assim, quando profissionais capacitados, como os enfermeiros, acompanham as pacientes com as devidas orientações de posologia, ações e reações dos medicamentos utilizados dentre outras informações, essas atitudes pode levar à mulher a ter qualidade de vida, além de ter mais segurança quanto a indicação dos contraceptivos de maneira adequada.

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo analisar os riscos e os efeitos do mau uso dos anticoncepcionais em mulheres sem a devida orientação.

MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico, especificamente de uma revisão narrativa⁸, a partir de artigos disponíveis nas bases de dados Scielo, BVS, Publish or Perish no período de 2010 até 2021, sobre os cuidados profissionais em relação a automedicação e uso de anticoncepcionais orais. A pesquisa foi feita em provedores da internet utilizando-se palavras chaves conforme os descritores em ciência da saúde DeCS/MeSH: automedicação, anticoncepcionais orais, atenção primária e saúde da mulher.

A revisão narrativa desempenha um papel fundamental na formação continuada, pois permite ao leitor adquirir e atualizar conhecimentos sobre um determinado tema, sintetizar o nível de conhecimento a partir de evidências científicas e identificar lacunas que precisam ser revistas e pesquisadas a partir de novos estudos. Os artigos de revisão narrativa referem-se a trabalhos publicados em plataformas diversas, adequadas propiciar o debate e discussão no pleno desenvolvimento e busca de níveis de estudo em “estado da arte” de um determinado tópico do ponto de vista empírico ou contextual saúde (ERCOLE, 2014).

Como critério de busca, foram selecionados artigos originais e de revisão, que estavam disponíveis de forma integral e gratuita nas plataformas digitais acima descritas, na versão em português e que abordou o uso de anticoncepcionais no contexto da

automedicação. Também foram inclusos informações de manuais e leis pertinentes ao tema. Os artigos excluídos foram os que não correspondiam aos objetivos desse estudo. Foram excluídos também capítulos de livros, artigos sem autoria, trabalhos incompletos e publicações anteriores a 2010.

DESENVOLVIMENTO

Farmacologia dos anticoncepcionais

A descoberta do uso dos hormônios como contraceptivos aconteceu a partir de pesquisas sobre estrogênio e progesterona que, nas décadas de 1920 e 1930 eram chamados de hormônios femininos. Essas substâncias seriam capazes de controlar não só a fertilidade, mas disfunções do organismo das mulheres (OLIVEIRA, 2021).

Uma das medicações mais usadas pelas mulheres é o contraceptivo oral. A pílula anticoncepcional, como é popularmente conhecida, apareceu em 1954 como um método para evitar a gravidez por meio de hormônio sintético. Sua dosagem e efeitos evoluíram de acordo com os avanços tecnológicos e científicos, mas, originalmente, eram administrados diariamente por um período de 21 dias (OLIVEIRA, 2021).

Os anticoncepcionais hormonais orais são esteróides usados sozinhos ou em conjunto. O anticoncepcional hormonal combinado oral (AHCO) consiste na combinação de estrogênio e progesterona que é capaz de evitar a concepção inibindo a ovulação por meio da interrupção da liberação de gonadotrofinas da glândula pituitária (MOURA, 2018).

Os anticoncepcionais orais são classificados de acordo com suas composições, por geração. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que tais medicamentos tenham dosagem baixa. As pílulas de primeira geração, mais antigas, eram compostas por mestranol (estrogênio) e noretisterona (progestógeno) e deixaram de ser prescritas e comercializadas devido aos efeitos colaterais excessivos como cefaleia intensa, inchaço, alteração do fluxo menstrual, entre outros (FERREIRA, 2019).

As pílulas de segunda geração podem ser encontradas nas farmácias populares e apresentam o etinistradiol em doses de 30 a 50 µg. As pílulas mais recentes são as de terceira geração que apresentam o etinistradiol em doses de 30 µg ou menos e progestógenos mais modernos (FERREIRA, 2019).

Os anticoncepcionais hormonais orais (CHOs) ou pílulas anticoncepcionais são esteróides isolados, apenas progestágenos - minipílula - ou em combinação com estrogênio em combinação com uma progestina - anticoncepcionais combinados. Os esteróides são uma classificação dos hormônios produzidos pelo colesterol que viajam para suas células-alvo na corrente sanguínea e estão ligados ao transporte de proteínas, um processo que limita sua difusão através dos tecidos, mas os protege da degradação enzimática. As pílulas

anticoncepcionais são esteróides projetados para prevenir gravidez indesejada e regular distúrbios menstruais (SILVA, 2014).

Automedicação dos anticoncepcionais

O Brasil é o terceiro maior mercado consumidor de pílulas anticoncepcionais do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. A falibilidade fica em torno de 1%, o que significa um efeito satisfatório, embora não seja considerado o melhor método devido à sua suscetibilidade ao esquecimento, já que sua eficácia depende da ingestão diária (BRANDT, 2019).

Todavia, devido a vários fatores, como facilidade de aquisição, baixo custo, acessibilidade do produto (todas as drogarias oferecem inúmeros anticoncepcionais orais de diversos fabricantes e preços), percebe-se que o consumo de anticoncepcionais é excessivo e muitas vezes sem a supervisão de profissionais de saúde qualificados. Assim, as intervenções na Atenção Primária visam proporcionar ao paciente um suporte mais específico e adequado nos níveis de atenção primária, secundária e terciária (ABREU, 2020; COSTA, 2021).

A cultura consolidada no Brasil que garante a escolha e liberdade dos indivíduos corrobora para a disseminação da prática da automedicação, que tem como princípio básico de que todo o indivíduo é livre na busca de seu tratamento e cuidado em saúde, bem como a própria rejeição de tratamentos sugeridos por profissionais habilitados para os serviços (NAVES, 2010).

A automedicação responsável é definida como o tratamento de seus problemas de saúde com medicamentos aprovados, disponíveis sem receita médica e que são seguros e eficazes quando usados de acordo com as instruções (NAVES, 2010).

Entretanto, sabe-se que a automedicação é um dos fatores de maior impacto no problema de agravos à saúde, o que reflete em maiores gastos aos cofres públicos além de sobrecarga nos sistemas de saúde quando uma automedicação mal sucedida acarreta numa situação de emergência e risco de morte. É importante que os pacientes e a população em geral entendam que todo medicamento pode levar a efeitos adversos e, por isso, deve ser usado sob orientação e supervisão de profissionais especializados, de modo a evitar ou minimizar possíveis riscos à saúde (PAULA, 2021).

Assim, é na Atenção Primária, no nível de baixa complexidade oferecido pelo Sistema Único de Saúde, por meio do trabalho de uma equipe multiprofissional, que é possível fazer uma triagem de mulheres que fazem uso indiscriminado de medicamentos, inclusive de anticoncepcionais. Além da identificação desse público específico, é possível criar programas e estratégias, garantidos pelas políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, para melhor orientar, acompanhar e fazer os encaminhamentos necessários antes que aconteçam eventos deletérios (MAEYAMA, 2018).

Muitas vezes a compra de medicamentos está associada à propaganda excessiva, à divulgação indiscriminada nas redes sociais que acabam favorecendo a automedicação, dando a ideia de que o medicamento que não precisa de prescrição médica não coloca em risco a saúde do usuário. Esse ciclo acarreta em agravos à saúde e tornou-se um problema de saúde pública (MARQUES, 2014).

Pessoas com acesso reduzido ou limitado aos cuidados básicos de saúde são estimuladas pela publicidade e pelas informações falsas veiculadas pela internet, tornando-se mais vulneráveis, aumentando o consumo de medicamentos sem o acompanhamento adequado (OLIVEIRA, 2020).

Efeitos adversos devido ao uso indiscriminado dos anticoncepcionais

A automedicação pode provocar interações medicamentosas que colocam a saúde em risco (FRANCO, 2011).

Por ser uma medicação composta por hormônios, os contraceptivos orais podem levar a alterações em vários sistemas do organismo humano. Por isso, cabe aos profissionais da Atenção Primária contribuir com ética e zelo profissional em relação as orientações cabíveis, quanto ao uso, posologia, interrupção e em casos que apareçam reações adversas (BERNARDES, 2020).

Há dados do Sistema Nacional de Vigilância de Medicamentos (SINITOX) que indicam que os medicamentos com uso inadequado, em excesso, ou sem orientação e acompanhamento são fatores que potencializam as interações medicamentosas que levam a ineficácia das drogas ingeridas e podem ocorrer intoxicações graves (SINITOX, 2000).

É importante salientar que a informação deve vir antes da prescrição. A educação e a prevenção em saúde são os processos mais adequados para minimizar os riscos. A atenção à população feminina deve ser levada em conta visto a sua vulnerabilidade. As mulheres usam uma proporção muito maior de medicamentos do que os homens, tornando-as mais vulneráveis aos perigos da automedicação (CRF-SP, 2017).

Apesar dos benefícios contraceptivos da pílula anticoncepcional, ela tem vários efeitos colaterais, incluindo alterações nas vias metabólicas de lipídios e proteínas, cascata de coagulação, sensibilidade à insulina, propriedades vasoativas, metabolismo do zinco e até mesmo pressão arterial (FERREIRA, 2019).

As interações medicamentosas podem potencializar ou anular o efeito de uma medicação. Assim, as ervas medicinais, os remédios e receitas caseiras que parecem ser inofensivos podem levar a alterar a ação de uma medicação, devendo o profissional da Atenção Primária estar atento ao uso dessas substâncias para melhor orientar as pacientes e alertá-las com base em evidências científicas, desencorajando o uso de “receitas milagrosas” que, atualmente, são amplamente disseminadas pela internet (CASTRO, 2015).

Um elemento importante a ser considerado sobre os desafios do uso indiscriminado de anticoncepcionais é probabilidade de ocorrência de interações medicamentosas, seja com o uso terapêutico incorreto, com a indicação médica incorreta e com a automedicação que ofusca o acompanhamento clínico das pacientes (ALMEIDA, 2011).

Uma preocupação é que muitas pacientes fazem uso de medicamentos sem prescrição médica e não avisam o seu consumo nas consultas. Em muitos casos, o próprio médico não está ciente das práticas que as pacientes têm em relação aos remédios das “farmacinhas caseiras” (CASTRO, 2015).

Percebe-se que a complexidade do tema, esbarra na necessidade de uma reeducação dos hábitos e práticas em saúde. O anticoncepcional hormonal é considerado uma das invenções mais revolucionárias da vida moderna que mudou radicalmente os comportamentos das mulheres, das famílias e da sociedade como um todo. As mulheres passaram a ter uma ferramenta que lhes permitem tomar decisões importantes que estão relacionadas à sua vida profissional, a construção da própria família, ao conceito cultural de mulher, às questões pessoais físicas e emocionais (FERREIRA, 2019).

Assim, é imprescindível que o assunto sobre a gravidez e os métodos contraceptivos seja abordado na Atenção Primária para que todas as mulheres possam ter a oportunidade de conhecer e realizar o planejamento familiar sem colocar em risco sua saúde ou a possibilidade de se tornar mãe quando assim desejar. Esse tipo de abordagem evita o consumo indiscriminado de anticoncepcionais orais (COREN-RJ, 2012).

Devido às ocorrências de interações medicamentosas serem altas nos casos dos anticoncepcionais, o melhor é ensinar e orientar a população por meio da valorização da prescrição do medicamento, da dosagem e dos períodos de uso; da conscientização sobre os riscos do uso indiscriminado e, principalmente, da orientação acerca da necessidade do uso de preservativos masculinos mesmo fazendo uso de contraceptivos femininos, em virtude da necessidade de prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis (SILVA, 2014).

Além de todos os fatores já abordados, é preciso considerar que no Brasil, a iniciação da vida sexual está acontecendo cada vez mais cedo, antes mesmo da adolescência, quando a regulação hormonal ainda passará por transformações e deve ser acompanhada por médico especializado, de modo a evitar consequências que prejudiquem essas mulheres (OLIVEIRA, 2021).

Os anticoncepcionais proporcionam às mulheres cuidados com seu corpo, carreira, vida social e desenvolvimento pessoal, sendo os anticoncepcionais hormonais orais os mais comuns no Brasil (OLIVEIRA, 2021).

O anticoncepcional hormonal oral tem sido um grande avanço na medicina para prevenir gravidezes indesejadas enquanto trata certos distúrbios hormonais, como

irregularidades menstruais, infertilidade ou baixa libido. Porém, deve-se ter cautela no seu uso, principalmente por um longo período de tempo e sem a devida supervisão, pois essa prática pode prejudicar as mulheres de diversas maneiras. Como riscos do uso de anticoncepcionais orais estão a alteração da pressão arterial, a trombose venosa profunda, as alterações de humor, o aumento do peso corporal (TREVISAM, 2021).

Porém, quando prescrito de forma adequada e individualizada, além de prevenir o controle da natalidade, os anticoncepcionais hormonais orais podem trazer alguns benefícios para a saúde da mulher, mais especificamente para os sistemas cardiovascular, tegumentar e reprodutor. Todavia, esses aspectos não minimizam os riscos que o uso indiscriminado de contraceptivos pode trazer a saúde da mulher (FERREIRA, 2019).

As alterações na pressão arterial podem estar associadas a múltiplos anticoncepcionais hormonais compostos por estrogênios exógenos que, na corrente sanguínea, ativam o Sistema Regina-Angiotensina Aldosterona (SRAA) e causam retenção de água e sódio (OLIVEIRA, 2021).

Já a trombose venosa profunda (TVP) causada pelo uso de contraceptivos vem sendo estudada pela comunidade científica (ALMEIDA, 2011).

Mulheres que usam anticoncepcionais hormonais têm maior chance de desenvolver trombose venosa profunda (TEV), principalmente, devido à propriedade da progesterona e do estrogênio que se ligam a determinados receptores, e também a outros receptores presentes nos vasos sanguíneos (SOUZA, 2018).

Estudos mostram que o etinilestradiol, o estrogênio contido nos anticoncepcionais hormonais orais (CHO), causa um aumento em alguns fatores de coagulação, particularmente os fatores V e VII, e uma diminuição nos fatores anticoagulantes naturais (proteína S e antitrombina), que causa mudanças significativas na coagulação dos sistemas (ALMEIDA, 2011).

A trombose venosa profunda foi associada ao etinilestradiol, mas deve-se considerar que alguns estudos mostram que a combinação de progesterona e estrogênio pode afetar o risco de trombose. Sabe-se que o etinilestradiol é um derivado de 17β -estradiol, o principal estrogênio endógeno nos seres humanos. O etinilestradiol é um derivado do 17β -estradiol, o estrogênio endógeno mais importante em humanos. EE é um estrogênio bioativo oral usado em muitas formulações de anticoncepcionais orais combinados. É um dos medicamentos mais usados para esse fim (ALMEIDA, 2011).

Relatos de mulheres com episódios trombóticos associam o problema ao uso de anticoncepcionais orais. Parte disso se deve à sobrecarga hormonal, que pode levar a irregularidades bioquímicas, principalmente em adolescentes que se encontram em uma fase de desequilíbrio hormonal devido ao crescimento e desenvolvimento fisiológico (PADOVAN, 2015).

Além do risco da TVP, pesquisas mostram que o uso de anticoncepcional oral oferece outros riscos à saúde das mulheres, como o aparecimento de enxaqueca e acentuação de osmofobia. Acredita-se que o estrogênio esteja implicado na hiperexcitabilidade sensorial que ocorre na enxaqueca, e assim, ele também afeta o olfato e causa uma maior probabilidade de osmofobia (CRUZ, 2021).

Sabe-se que outros fatores influenciam o equilíbrio e a qualidade de vida da mulher. A alimentação, os aspectos psicossociais, ambientais e também as questões hormonais. Tendo em vista que esses aspectos também podem impactar no desenvolvimento geral da mulher, percebe-se que o anticoncepcional hormonal oral é um medicamento que pode comprometer diretamente à vida das mulheres que utilizam tais medicamentos (LOURENÇO, 2010).

Nesse contexto, deve-se destacar que o profissional de saúde que atua nas Estratégias Saúde da família tem papel preponderante no uso racional de anticoncepcionais orais. Ressalta-se que ao longo dos anos tem havido diversas discussões, desde as questões sociais, à autonomia da mulher, o controle corporal e o planejamento familiar. Soma-se a esses temas, o debate envolve também, sobre o uso indiscriminado e a automedicação de anticoncepcionais orais das mulheres contemporâneas (FERREIRA, 2021).

A prática profissional do farmacêutico pode ir muito além da mera comercialização do medicamento e torna a dispensação e a orientação clínica uma prerrogativa ética e profissional. Dada a importância de educar a paciente sobre o uso de anticoncepcionais, o papel do farmacêutico na dispensação é de grande importância com o objetivo de esclarecer dúvidas e dar indicações corretas que contribuam para a adesão e eficácia em benefício da saúde e qualidade de vida dos usuários (FREITAS, 2015).

É imprescindível que o profissional da saúde que atua na Atenção Primária tenha conhecimentos, atitudes e habilidades que lhe permitam orientar de forma adequada, preferencialmente todos adultos que frequentam as unidades básicas de saúde, em especial as mulheres em idade sexualmente ativas, para ajudar a melhorar a qualidade de vida das mulheres, conscientizar sobre o uso de anticoncepcionais orais e o uso racional de medicamentos (CHAGAS, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo proposto que foi analisar os riscos e os efeitos do mau uso dos anticoncepcionais em mulheres sem a devida orientação, a pesquisa inicialmente, identificou que o uso indiscriminado de anticoncepcionais tem como prerrogativa a facilidade de compra dos medicamentos, a propaganda farmacêutica quanto ao uso dos medicamentos sem prescrição médica e a ausência da orientação racional do uso de medicamentos em grande escala nos municípios brasileiros.

Foi destacado na pesquisa que a falta de informações sobre os efeitos colaterais do uso de anticoncepcionais orais hormonais tem prejudicado sua eficácia. A automedicação tem sido detectada em percentual significativo entre as mulheres e deve ser desencorajada em todos os níveis de Atenção à Saúde, por todos os profissionais.

Os riscos que o uso indiscriminado de contraceptivos pode trazer a saúde da mulher são grandes, dentre eles foram descritos a alteração da pressão arterial, a trombose venosa profunda, as alterações de humor, o aumento do peso corporal, dentre outros problemas.

Conclui-se que os profissionais da saúde que trabalham na Atenção Primária estão na vanguarda dos cuidados em saúde das mulheres, sendo imprescindíveis no combate ao uso irracional de medicamentos, dentre eles, os anticoncepcionais orais.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. D. S. *et al.* Assistência farmacêutica em unidades básicas de saúde: um foco no serviço farmacêutico. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 9797-9911 jul./aug. 2020. ISSN 2595-6825.

ARRAIS, P. S. D. *et al.* Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Revista de Saúde Pública**. v. 50, suppl 2, 13s. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>

ALMEIDA, R. A.; NOVAES, M.L.E. A prática da psicologia da saúde. **Rev. SBPH**, Dez; 14 (2): 183-202, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012&lng=pt.

BERNARDES, H. C. *et al.* Perfil epidemiológico de automedicação entre acadêmicos de medicina de uma universidade pública brasileira. **Braz. J. Hea. Rev.**, Curitiba, v. 3, n. 4, p. 8631-8643 jul./aug. 2020. Disponível em: DOI:10.34119/bjhrv3n4-111. Acesso em 20 de Set. de 2021.

BRANDT, G. P.; OLIVEIRA, A.P.R.; BURCI, L.M. Anticoncepcionais hormonais na atualidade: um novo paradigma para o planejamento familiar. **RGS**;18(1):54-62, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAGAS, I. D. S. **Visão do paciente sobre a importância da assistência farmacêutica prestada em uma farmácia do município de Rio Tinto – PB no ano de 2012**. João Pessoa, 2013.

CASTRO, C. **Interação medicamentosa: entenda os riscos de se medicar sem orientação**. Portal Fiocruz, 2015. Acessado em: 01/07/2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/interacao-medicamentosa-entenda-os-riscos-de-se-medicar-sem-orientacao>.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRFSP). **Manual de orientação ao farmacêutico: aspectos legais da dispensação**. / Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. – São Paulo: CRF-SP, 2017. 4 p.

COREN-RJ. Conselho regional de enfermagem do rio de janeiro prefeitura. Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Coordenação de Saúde da Família. **Protocolos de Enfermagem na atenção primária á saúde**. Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, Subsecretaria Geral Rio de Janeiro: Prefeitura, 2012. 119p.: il.

COSTA, M. C. V. *et al.* Assistência, Atenção Farmacêutica E A Atuação Do Profissional Farmacêutico Na Saúde Básica. **Brazilian Journal Of Health Review**, Curitiba, V.4, N.2, P. 6195-6208 Mar./Apr. 2021.

CRUZ, L. R.; GOMES, L. O. S. Trombose relacionada ao uso de anticoncepcional: revisão integrativa. **Textura** ;15(1):20-31, 2021. Disponível em: <https://textura.emnuvens.com.br/textura/article/view/469>

ERCOLE, F.; MELO, L. S.; ALCOFORATO, C. L. G. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **REME: Rev Min Enferm.**, 18(1): 1-260, 2014.

FERREIRA, I. A. A. *et al.* Anticoncepcionais: perigos e consequências da automedicação. **Revista de trabalhos acadêmicos - Universo RECIFE**, Vol. 5, no 1, 2018.

FERREIRA, T. B.; BRENDER, R. P.; MENDES, R. P. F. **Interações medicamentosas: o uso do anticoncepcional oral concomitante a rifampicina, um antibiótico**. Anais do Seminário Científico do UNIFACIG, Fn. F5. 2019.

FERREIRA, B. B. R.; PAIXÃO, J. A. **A relação entre o uso da pílula anticoncepcional e o desenvolvimento da trombose venosa profunda no Brasil**. 29:e7766. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7766>

FRANCO, J. N. *et al.* Percepção da equipe de enfermagem sobre fatores causais de erros na administração de medicamentos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 6, pp. 927-932, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000600009>.

FREITAS, I. H. S. Uso de anticoncepcionais orais e o papel do farmacêutico na dispensação: elaboração de um roteiro de dispensação. **Cuité**: CES, 2015.

LOURENÇO B.; BRUNI, Q. L. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Rev Med**, v.89, n.2, p.70-75, abr-jun, 2010.

MAEYAMA, M. A.; DOLNY, L. L.; KNOLL, R. K. **Atenção básica a saúde: aproximando teoria e prática**. Univale editora, 2018.

MOURA, M. Q. C. C.; MOURA, A. M. A.; PESSANHA, A. M.; MIQUILITO, D. E. Relações clínicas dos contraceptivos orais no curso da doença periodontal. **Acta Biomédica Brasiliense**, v. 9, n. 3, Dezembro de 2018.

NAVES, J. O. S. *et al.* Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 1):1751-1762, 2010.

MARQUES, T. R.; ÁLVARES, A. C. M. Fatores associados à automedicação. **Revista Fapesa**, 2014.

OLIVEIRA, L. A. **Os impactos Sociais e de Saúde do anticoncepcional hormonal oral na vida da mulher**. [Dissertação de Farmácia- Universidade federal de São Paulo], 2021.

OLIVEIRA, A. P.; FREY, J. Á.; MARQUEZ, C. O. **Influência da propaganda na prática de automedicação em um grupo de moradores residentes em um bairro de redenção-PA.** Faculdade Integrada Carajás (FIC) - Redenção- PA. 2020.

TREVISAN, M.; OLIVEIRA, R. P. C.; **O anticoncepcional hormonal via oral e seus efeitos colaterais para as mulheres.** Artigos@ [Internet];28:e7507. 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/7507>

PADOVAN, F. T.; FREITAS, G. Anticoncepcional oral associado ao risco de trombose venosa profunda. **Brazilian Journal of Surgery & Clinical Research**, Maringá, v.9, n.1, p.73-77, dez. 2015.

PAULA, C. C. S.; CAMPOS, R. B. F.; SOUZA, M. C. R. F. Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultural. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 21660-21676 mar 2021.

PISSOLITO, C. **Um novo capítulo para velhos problemas: o compartilhamento online de experiências e o uso da pílula anticoncepcional.** Campinas, SP: [s.n.], 2021.

SILVA, B. T. F. *et. al.* O papel do farmacêutico no controle da automedicação em idosos, **Boletim Informativo Geum**, v8, n.3, p.18-31, jul./set., 2017.

SOARES, L. *et al.* **Atuação clínica do farmacêutico.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

SINITOX. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. **Estatística anual de casos de intoxicação e envenenamento: Brasil, 1999.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Centro de Informação Científica e Tecnológica; 2000.

SILVA, L. M.; ROCHA, M. R. **Interações medicamentosas dos anticoncepcionais com outros fármacos.** Centro de Pós-Graduação Oswaldo Cruz, 2014.

SILVA, K. V. S. A ameaça dos medicamentos falsificados. Colegiado de ciências biológicas e da saúde. Rio de Janeiro - RJ, 2012.

SOUSA, I. C. A.; Álvares, A. C. M. A trombose venosa profunda como reação adversa do uso continua de anticoncepcionais orais. **Rev. De Divulgação Científica Sena Aires** -Goiás, v.7 n.1. p 54-65, 2018.

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Uso das redes sociais para letramento científico:

Etapa de levantamento da literatura disponível



🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Uso das redes sociais para letramento científico:

Etapa de levantamento da literatura disponível

